Acervo ISA

Mogno: empresa é acusada de extração ilegal

Procuradores processam exportadora por atuar em áreas indígenas

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – Três procuradores da República no Pará ingressaram na Justiça Federal com ação civil pública por invasão de terras da União, extração ilegal de mogno em áreas indígenas e danos ao meio ambiente contra a Exportadora Peracchi, uma das maiores madeireiras do Estado. Eles querem que ela seja condenada a indenizar a União e os índios, além de reflorestar 5 mil hectares desmatados dentro da reserva Aptereua, dos índios paracanãs.

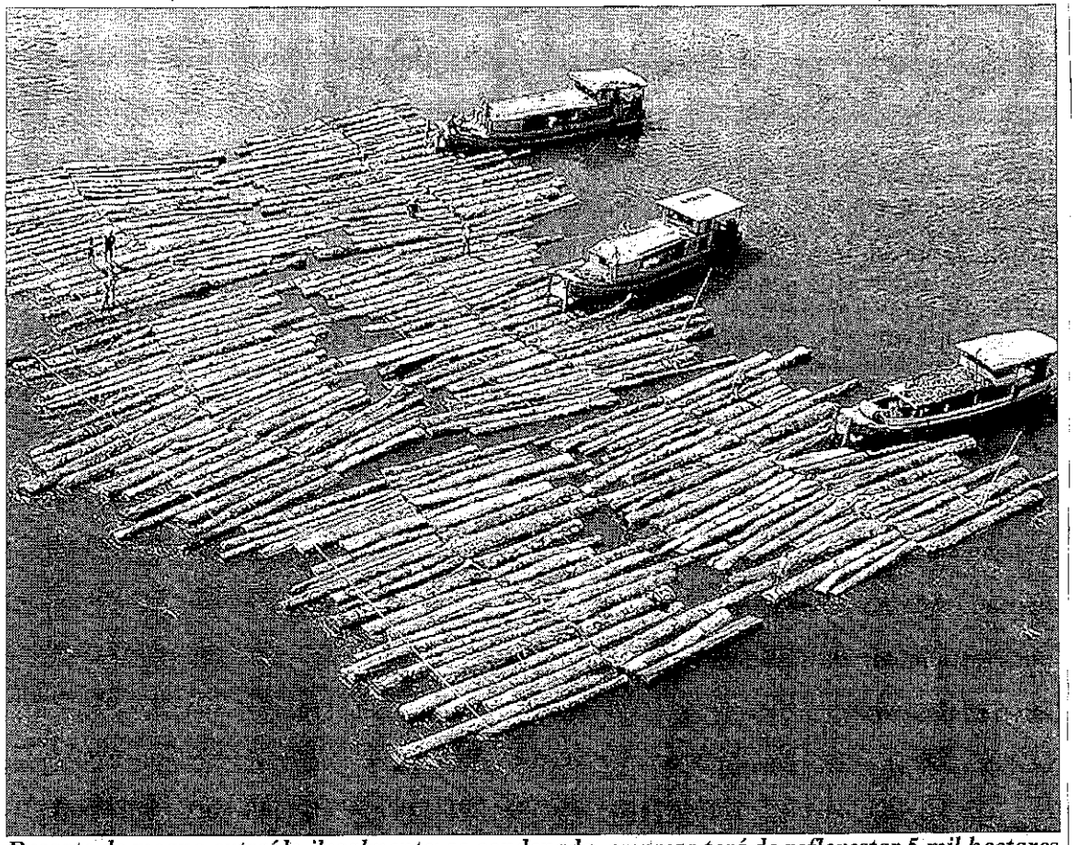
"É um dos maiores casos de grilagem de terras indígenas na Amazônia", afirmam os procuradores Felício Pontes Júnior, Ubiratan Cazetta e Zilmar Drumond, que pediram o cancelamento do registro no cartório de São Félix do Xingu de 40 títulos de propriedade da Peracchi.

Todas essas áreas, de acordo com a medição feita pelo Incra com apoio de satélite, estão localizadas dentro de reservas indígenas. A principal fazenda da Peracchi, por exemplo, está situada no centro da reserva paracanã.

A madeireira é acusada pelo antropólogo da Fundação Nacional do Indio (Funai), Carlos Fausto, de ter invadido os territórios não apenas dos paracanãs, mas também dos xicrin e arauetés, para explorar mogno ilegalmente desde 1986 até os dias de hoje.

Foi autuada e multada pelo Ibama, processada pelo Núcleo de Direitos Indígenas e, por diversas vezes, saqueada em ataques dos índios. Depois de devastar 5 mil hectares de floresta virgem no centro do território indígena para formação de pastagens, ela construiu mais de 100 quilômetros de estradas, rasgando a mata, para escoar a madeira até a cidade de Tucumã.

Dida Sampaio/AE - 19/02/2002



Resgate de mogno extraído ilegalmente: se condenada, empresa terá de reflorestar 5 mil hectares

Exploração – Na ação, os procuradores citam os donos da madeireira, Idemar Peracchi, seu irmão, Idacir Peracchi e sua mulher, Ana Valéria Jaime Peracchi, pedindo a suspensão das atividades de exploração de madeira ou qualquer outra atividade nos lotes da empresa dentro das áreas indígenas, além da remoção de máquinas e equipamentos no prazo de um mês.

"Saí da Peracchi em março de 1999 e minha esposa nunca teve qualquer tipo de relação com a empresa", disse Idacir Peracchi. Ele explicou que hoje tem sua própria empresa, a Juruá Florestal, que foi a primeira a obter o "selo verde" no Pará.

Idacir afirmou achar estranho que seu nome e o de sua mulher estejam arrolados na ação movida pelos três procuradores. "Na sexta-feira passada me avisaram que ia sair alguma coisa", resumiu.

A extração de mogno, segundo o ex-diretor, foi feita com autorizações fornecidas pelo Ibama.

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte PESP (Geral)
Data 19/3/2002 Pg A15
Class. PKR